



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito



Of. nº 056/2022/GPBCN

Bom Despacho, 04 de março de 2.022.

02

À Sua Excelência o Senhor
Vinícius Pedro Tavares de Araújo
Presidente da Câmara Municipal
Rua Marechal Floriano Peixoto, 40 – Centro
35630-034 – Bom Despacho-MG

Assunto: Encaminha Mensagens de veto nº 01, nº 02 e nº 03 de 03 de março de 2.022, às Proposições de Lei nº 71/2021, nº 81/2021 e nº 88/2021.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição da República e do art. 78, II, c/c art. 87, VI da Lei Orgânica do Município de Bom Despacho, encaminho anexo com mensagem de veto nº 01 de 03 de março de 2.022, a Proposição de Lei nº 88/2021, mensagem de veto nº 02 de 03 de março de 2.022, a Proposição de Lei nº 81/2021, e a mensagem de veto nº 03 de 03 de março de 2.022, a Proposição de Lei nº 71/2021.

As razões dos vetos encontram-se nas mensagens anexas.

Atenciosamente,

BERTOLINO DA
COSTA NETO:
50700553649
Bertolino da Costa Neto
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por BERTOLINO DA COSTA
NETO/50700553649
DN: c=BR, ou=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora
Municípios, ou=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI, ou=AC SOLUTI
Municípios, ou=32143193001115, ou=Certificado PF A3,
ou=BERTOLINO DA COSTA NETO/50700553649
Serial: 0, ou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura não
Data: 2022.03.03 17:03:01 -0300
Versão: 1.1.2.1



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito



Mensagem nº 02, de 03 de março de 2.022.

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do §1º do art. 66 da Constituição da República e do inciso II do art. 78, c/c o inciso VI do art. 87, ambos da Lei Orgânica do Município de Bom Despacho, decidi vetar integralmente a Proposição de Lei nº 81/2021.

A Proposição de Lei nº 81/2021 é integralmente inconstitucional por ferir o princípio da separação dos poderes disposto no art. 2º da Constituição Federal de 1988, e do vício de iniciativa, disposto no Art. 61, §1º, II, b, da CF/88 e art. 87, XI da Lei Orgânica do Município.

Das razões do veto:

A Proposição de Lei deve ser vetada por razão de inconstitucionalidade pelos seguintes motivos a serem expostos:

A Proposição de Lei nº 81/2021, aprovada pela Câmara Municipal de Bom Despacho, avança inconstitucionalmente em direção às atribuições ao Poder Executivo Municipal.

Parte da referida proposição, de iniciativa parlamentar, é verticalmente incompatível com a Carta Magna Brasileira por violar o princípio constitucional da separação de poderes, previsto no art. 2º, que dispõe o seguinte:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

A questão é objetiva.

Cabe exclusivamente ao Poder Executivo a criação ou instituição de critérios que impactem em sua organização administrativa.

Assim, quando o Poder Legislativo do Município de Bom Despacho edita lei nos moldes da Proposição de Lei nº 81/2021, invade a esfera administrativa, que é própria da atividade do Poder Executivo Municipal, violando o princípio da separação de poderes.

A criação de critérios para nomeação e exoneração de cargos em comissão é atividade nitidamente administrativa do Poder Executivo Municipal, representativa de atos de gestão, de escolha política para a satisfação das necessidades essenciais coletivas e, portanto, privativa da Administração Pública Municipal.

Ademais, ao Poder Executivo cabe primordialmente a função de administrar, que se revela em atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público, enquanto que ao Poder Legislativo cabe a função de editar leis, ou seja, atos normativos revestidos de generalidade e abstração.

Cumprе recordar aqui o ensinamento de Hely Lopes Meirelles, quando diz que “a Prefeitura não pode legislar, como a Câmara não pode administrar. (...) O Legislativo edita normas; o Executivo pratica atos segundo as normas. Nesta sinergia de funções é que residem a harmonia e independência dos Poderes, princípio constitucional (art.2º) extensivo ao governo local. Qualquer atividade, da Prefeitura ou Câmara, realizada com usurpação de funções é nula e inoperante”. Sintetiza, ademais, que “todo ato do Prefeito que infringir prerrogativa da Câmara – como também toda deliberação da Câmara que invadir ou retirar atribuição da



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito



Prefeitura ou do Prefeito – é nulo, por ofensivo ao princípio da separação de funções dos órgãos do governo local (CF, art. 2º c/c o art. 31), podendo ser invalidado pelo Poder Judiciário” (Direito municipal brasileiro, 15. ed., atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva, São Paulo, Malheiros, 2006, p. 708 e 712).

Portanto, a Proposição de Lei vetada invade a esfera da gestão administrativa que cabe ao Poder Executivo ao dispor sobre atribuições e organização administrativa de competência privativa do Executivo.

O vício de iniciativa é de clareza evidente, vez que o art. 87 da Lei Orgânica do Município, em seu inciso XI, deixa claro que “*competete ao Prefeito Municipal dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo*”.

Pelas razões expostas, o tema tratado na propositura insere-se no âmbito das atribuições privativas do Chefe do Poder Executivo, por impor restrições às suas atribuições administrativas.

De fato, a Câmara Municipal, com a aprovação da presente Proposição de Lei, pretende legislar sobre a organização administrativa do Poder Executivo, ditando como deve ser efetuada e impondo restrições, o que claramente ofende também o princípio constitucional da separação de poderes, como dito anteriormente.

Desta feita, a atuação legislativa equivale à prática de ato de administração, eis que viola a garantia constitucional da separação dos poderes. Assim, deve ser vetada por ferir o ordenamento constitucional brasileiro.

Conclusão

Com fundamento no exposto, veto integralmente a Proposição de Lei nº 81/2021 por manifesta inconstitucionalidade no tocante ao vício quanto iniciativa legislativa.

Atenciosamente,

BERTOLINO DA
COSTA NETO:
50700553649
Bertolino da Costa Neto
Prefeito Municipal

Assinado eletronicamente por BERTOLINO DA COSTA NETO
Data: 2021-05-14 11:54:00
Assinatura: BERTOLINO DA COSTA NETO
CPF: 50700553649
Validação: sem validação de assinatura
Data: 2021-05-14 11:54:00
Versão: 11.2.1